

Dia 20 de agosto de 2012

O presidente abriu a reunião dando boas vindas aos presentes, agradeceu a presença de todos e como não havia informes da presidência e atendendo a pauta da reunião, foram aprovadas, com ressalvas, as atas da 78ª. e da 79ª. reuniões da CTAS. Em seguida a representante da SRHU/MMA, a senhora Roseli, apresentou o andamento das discussões sobre os temas prioritários propostos pelo CNRH a CTAS, a saber:

- Articulação da união e dos estados para o fortalecimento da gestão de águas subterrâneas em aquíferos de abrangência interestadual e transfronteiriça,
- Monitoramento quali- quantitativo das águas subterrâneas
- Avaliação da gestão do Sistema Guarani,
- Recarga artificial de aquíferos,
- Aquíferos cársticos, (*proposto pelo FONASC. CBH*)
- Outros temas relevantes.

O presidente em sua fala após ouvir a apresentação em tela observou que ``tivemos alguns avanços`` uma vez que aquela câmara já estava tratando alguns daqueles temas ali apresentados e que para a próxima reunião poderíamos ter um relato para cada tema. Continuando passou a fazer um breve relato sobre o GT Recarga Artificial de Aquíferos que havia se reunido naquela manhã ressaltando os seguintes pontos: o GT trabalhou em cima de uma revisão conceitual, do levantamento das legislações estaduais pertinentes ao tema (pouquíssimas legislações estaduais fazem referência ao tema, com exceção de São Paulo / Resolução 88/89 os demais estados fazem uma cópia da legislação federal), que na última reunião foi criado o GT com o objetivo da elaboração de uma resolução a ser apresentada ao CNRH. Ficou acordado a apresentação da boneca da resolução na próxima reunião. Observou ainda que o representante da ANA, por motivos de força maior, não iria apresentar seu relato sobre o tema e que no seu entendimento a representante da SRHU/MMA em sua fala já havia contemplado o relato do GT Gestão do Sistema Aquífero Guarani. Não houve a apresentação do GT - Uso alternativo de água subterrânea onde existe rede de distribuição de empresas concessionárias. Contexto geral para introduzir a apresentação do Ministério da Saúde - Humberto de Albuquerque, presidente da CTAS e Nédio Carlos Pinheiro, representante do Estado do Mato Grosso e Goiás.

O presidente caminhando para o encerramento da reunião colocou aos presentes que o item 05 da pauta: ``Apresentação da Agência Nacional de Águas sobre o tema prioritário: ``Diretrizes para articulação entre a União e os estados com vistas ao fortalecimento da gestão de águas subterrâneas em aquíferos de abrangência interestadual e transfronteiriça`` não iria acontecer, gerando uma alteração da pauta da manhã do dia 21 de agosto que deveria ser iniciada com a apresentação do Ministério da Saúde sobre a Portaria 2914/2011.

Dia 21 de agosto de 2012

O presidente abriu os trabalhos dando boas vindas a todos os presentes, em especial a equipe do Ministério da Saúde e fez um breve relato a respeito da repercussão da aplicação da Portaria 2.914/2011 segundo a ABAS - Associação Brasileira de Águas Subterrâneas alegando a existência de

emails de alguns estados questionando a aplicação nos estados da referida portaria,que a mesma causaria um colapso no abastecimento de águas nas cidades ,geraria uma crise financeira - econômica a ser e enfrentadas pelas empresas que trabalham com a perfuração de poços,portaria não tem força de lei,e que não existe nenhuma lei que proíbe soluções alternativas e que finalmente a ABAS havia protocolado junto ao Ministério de Saúde ofício cujo teor tratava desta temática.

Em seguida passou a palavra para a senhora Adriana Cabral, representante do Ministério da Saúde, que fez uma explanação de todo o processo de elaboração da referida portaria,ressaltando inclusive que havia um representante da SRHU/MMA no grupo de trabalho que conduziu os trabalhos sendo os mesmos consolidados sempre por consenso.Continuando afirmou que o Ministério da Saúde tem recebido também questionamentos a respeito da aplicação da Portaria,e os tem esclarecidos e equipe do Ministério da Saúde não iria criar nenhum constrangimento para o senhor ministro da saúde e a assessoria jurídica iria responder o documento encaminhado pela ABAS na próxima semana,o que foi ratificado pela assessora jurídica que a acompanhava.

Aproveitando a oportunidade à representação da sociedade civil presente a reunião que assina o presente relatório levantou ou seguintes pontos a respeito deste assunto, de alta relevância, para reflexão e futuros encaminhamentos:

- interesses corporativos fundamentando “as entre linhas” das preocupações apontadas,
- a discussão não nasceu no âmbito da CTAS,foi pautada a ela pela ABAS,
- a ausência de articulação do representante da SRHU/MMA no grupo de trabalho que elaborou a Portaria com a CTAS,uma vez que o tema tinha ligações intrínsecas com a agenda de temas da CTAS,
- a dicotomia das ações do CNRH, através das câmaras técnicas , neste caso a CTAS,com a dinâmica que a gestão dos recursos hídricos exige(se manifestar por monções e portarias que muitas vezes são poucos conhecidas e aplicadas pela sociedade em geral estão muito a aquém da seriedade, da gravidade e da urgência que a sociedade necessita para os diversos usos dos recursos hídricos).

Mas uma vez vamos ratificar nosso repudio a vinculação do *calendário pobre* de reuniões das CTS-CNRH com os gastos referentes a participação da sociedades civil - ONGs nas referidas reuniões.Mais uma vez a sociedade civil arcou com as despesas de hospedagem, transporte e alimentação para participar da reunião em tela.O pagamento das diárias foi efetuado no dia 25 de agosto,istoé,05 dias após o termino da mesma, tendo como *justificativa,segundo informação verbal do senhor Adacio, a falta de tinta para as impressoras da secretaria.*

